

Flávia Pereira Ribeiro

DESJUDICIALIZAÇÃO da EXECUÇÃO CIVIL

2ª Edição

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9312-7

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Ribeiro, Flávia Pereira.
 R484 Desjudicialização da execução civil / Flávia Pereira
 Ribeiro – 2.ed. - Curitiba: Juruá, 2019.
 232 p.

1. Desjudicialização. 2. Execução civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)
 CDU 347.9

000029

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1 JURISDIÇÃO E INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL	19
Capítulo 2 DESJUDICIALIZAÇÃO	23
2.1 CRISE NO PODER JUDICIÁRIO	23
2.2 OS DOGMAS DO PROCESSO CIVIL <i>VERSUS</i> A NECESSIDADE DE MUDANÇA DE MENTALIDADE ...29	
2.3 O FENÔMENO DA DESJUDICIALIZAÇÃO	32
2.4 DELEGAÇÃO LEGAL DOS PODERES EXECUTIVOS A UM AGENTE PRIVADO	36
Capítulo 3 HIPÓTESES DE DESJUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL	41
3.1 DESJUDICIALIZAÇÃO DO PODER DE IMPÉRIO	41
3.1.1 Execução no Sistema Financeiro de Habitação	41
3.1.1.1 Dec.-Lei 70/1966	41
3.1.1.2 Lei 9.514/1997	47
3.1.2 Projetos de Lei para a Execução Fiscal Administrativa ...53	
3.1.3 Privatização da Alienação de Bens	59
3.2 DESJUDICIALIZAÇÃO DO PODER DE DIZER O DIREITO	62
3.2.1 Arbitragem	62
3.2.2 Recuperação Extrajudicial	67
3.2.3 Retificação do Registro Imobiliário	69
3.2.4 Inventário, Separação e Divórcio	70
Capítulo 4 A TENDÊNCIA DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO NA EUROPA	77
4.1 DIVERSIDADE DE SISTEMAS EXECUTIVOS NA EUROPA	77
4.2 O MODELO DESJUDICIALIZADO ALEMÃO E ITALIANO. O AGENTE DE EXECUÇÃO É UM ENTE PÚBLICO	82
4.2.1 Alemanha	82
4.2.2 Itália	89

4.3	O MODELO DESJUDICIALIZADO FRANCÊS. O AGENTE DE EXECUÇÃO É UM ENTE PRIVADO.....	95
4.3.1	Direito Francês	95
4.4	O MODELO (DES)JUDICIALIZADO ESPANHOL	98
4.5	O MODELO ADMINISTRATIVO SUECO.....	106
4.6	A TENDÊNCIA DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO	111

Capítulo 5	A RECENTE DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO EM PORTUGAL	115
5.1	A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA PARA PRIVADA EM PORTUGAL: REFORMAS DE 2003 E 2008	115
5.2	O AGENTE DE EXECUÇÃO	121
5.3	O JUIZ DE EXECUÇÃO	126
5.4	COMISSÃO PARA A EFICÁCIA DAS EXECUÇÕES	127
5.5	TRAMITAÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA.....	128
5.5.1	Requerimento Executivo	129
5.5.2	Início do Processo Executivo	131
5.5.3	Oposição à Execução	132
5.5.4	Consulta do “Registro Informático de Execuções” e Penhora.....	134
5.5.5	Publicidade, Venda e Pagamento	136
5.5.6	Extinção da Ação Executiva.....	137
5.6	BREVE RELATÓRIO ACERCA DAS PESQUISAS DE CAMPO REALIZADAS EM PORTUGAL.....	138

Capítulo 6	PROPOSTA DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL NO BRASIL.....	143
6.1	ADOÇÃO DO MODELO PORTUGUÊS COMO PARADIGMA.....	143
6.1.1	A Desjudicialização de Portugal Sob a Ótica Constitucional	143
6.1.2	A Desjudicialização de Portugal Sob a Ótica Legal e os Problemas Enfrentados	145
6.2	ADAPTAÇÃO DO MODELO PORTUGUÊS AO SISTEMA BRASILEIRO POR MEIO DA DELEGAÇÃO.....	146
6.3	DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EXECUÇÃO AO NOTÁRIO OU REGISTRADOR.....	151
6.4	NOTÁRIOS E REGISTRADORES.....	155
6.4.1	Regime Jurídico	155
6.4.2	Concurso Público	162

6.4.3	Remuneração Paga Conforme Tabela de Emolumentos e Eventual Gratuidade.....	164
6.4.4	Controle Externo.....	167
6.5	COMPETÊNCIA DOS TABELIONATOS DE PROTESTOS E PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO.....	170
Capítulo 7	RESUMO DO PROCEDIMENTO	177
7.1	ATIVIDADE EXECUTIVA PERANTE O TABELIONATO DE PROTESTO	177
7.2	DEFESA DO EXECUTADO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO	181
7.3	OUTRAS QUESTÕES.....	188
7.3.1	Criação de Varas Especializadas para a Execução	188
7.3.2	Papel do Advogado.....	189
CONCLUSÃO	193
REFERÊNCIAS	197
ANEXO	205
ÍNDICE REMISSIVO	221